



MOÇÃO

Pela defesa de um serviço postal público e de qualidade

Os Serviços Postais em Portugal celebram em 2022 o seu 502.º Aniversário e, ao longo destes anos, apesar de todas as transformações por que passaram, foram sempre considerados um serviço de excelência, o que é reconhecido até no plano internacional.

Os CTT são um serviço fundamental para as populações, para o desenvolvimento do país e para a coesão territorial. No entanto, com a sua privatização resultaram, desde logo, duas consequências muito negativas, tanto para o Estado, como para os cidadãos.

Por um lado, privou-se o Estado de receitas fundamentais, uma vez que os CTT contribuía todos os anos com importantes receitas para os cofres do Estado porque, enquanto empresa pública, eram rentáveis e davam lucro, ao mesmo tempo que prestavam um serviço público inestimável. Hoje, o Estado já perdeu centenas de milhões de euros em dividendos e o país deixou de ter um serviço de correios público, fiável e seguro. Por outro lado, os cidadãos têm estado sujeitos à constante degradação do serviço.

Segundo informação veiculada pelos CTT à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no primeiro trimestre de 2021, o Banco CTT registou um aumento de lucros de 8,7% face a igual período de 2020, num total de 21,2 milhões de euros. Por seu turno, nesse período e face a igual período de 2020, o lucro dos CTT mais do que duplicou (163%), fixando-se nos 8,7 milhões de euros.

Na verdade, os CTT não representavam qualquer problema para o país pois contribuía com muito emprego, com uma presença nacional muito alargada e com um serviço de qualidade e com lucros para o Estado. Com efeito, hoje é absolutamente evidente a crescente deterioração dos serviços: encerraram centenas de estações e postos, e muitos sem aviso prévio (desde a privatização foi encerrada mais de uma centena de estações), em 2018 havia 33 concelhos sem estação dos CTT enquanto em 2012 não existia nenhum concelho nessa situação, foram vendidos edifícios, foram retirados da via pública centenas de recetáculos postais, foram despedidos trabalhadores, os vínculos precários aumentaram, assim como os tempos de espera para atendimento.

Há também falta de dinheiro disponível nas estações para pagamento de pensões e de outras prestações sociais, as situações em que o correio deixou de ser distribuído diariamente generalizaram-se, populações inteiras veem-se obrigadas a deslocar-se vários quilómetros até à estação mais próxima, muitas vezes sem terem transportes ou condições para o fazer, e o recurso sistemático, por parte dos CTT, a empresas de trabalho temporário e a prestadores de serviços.

Refira-se ainda que os acionistas continuam a apoderar-se sob a forma de

dividendos, de todos os lucros gerados pela empresa e até a distribuírem dividendos superiores aos lucros, descapitalizando os CTT, à exceção de 2020, referente ao exercício de 2019, devido ao impacto da pandemia da Covid-19.

A tudo isto acresce ainda o facto do Banco CTT ter sido implementado sobre a estrutura de Estações de Correio, funcionando nas suas instalações e com os seus trabalhadores, que são desviados para os balcões do Banco, o que aumenta as filas de espera.

Desde que este processo se iniciou, a reivindicação pelo não encerramento de estações e pela defesa de um serviço público de qualidade tem sido constante por parte das populações, dos trabalhadores e também de autarcas de diferentes forças políticas que consideram que a concessão dos CTT deverá ser resgatada de forma a reverter a degradação deste serviço, uma vez que não estão a cumprir com as suas responsabilidades.

È exemplo desta situação as 3 propostas aprovadas pela Assembleia Municipal de Lagos no anterior mandato.

Contudo, recentemente o Governo confirmou a sua decisão em manter os CTT na esfera privada, ao ter aprovado em Conselho de Ministros um Decreto-Lei de alteração à Lei Postal, contrariando as condições políticas que teve para reverter esta situação que se revelou desastrosa.

Esta alteração é uma clara cedência aos interesses dos acionistas privados, pois permite que o contrato de concessão seja feito por ajuste direto com os CTT, mantendo a privatização e possibilita a redução dos poderes de fiscalização e regulação.

Face ao exposto, importa que os CTT prestem um serviço de qualidade, cumprindo o seu papel no desenvolvimento do país a nível local, regional e nacional, sendo fundamental defender este serviço estratégico e os interesses e necessidades dos cidadãos e do país, o que só é possível quando os CTT voltarem a integrar a esfera do Estado, passando este a deter o controlo e a gestão do serviço postal.

Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 21 de fevereiro de 2022 e na continuação de posições já assumidas delibere:

1. Defender a garantia de um serviço postal público de qualidade e de proximidade, que contemple a reabertura das estações entretanto encerradas.

2. Exigir ao Governo que tome as medidas necessárias com vista ao início do processo de reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal, por forma a que a sua gestão regresse à esfera do Estado.

Mais delibera:

3. Enviar a presente deliberação ao Governo, aos Grupos Parlamentares, à Autoridade Nacional de Comunicações, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à Associação Nacional de Freguesias, ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e à Comissão de Trabalhadores dos CTT.

Lagos, 21 de fevereiro de 2022

Os eleitos da CDU

Anexo: 3 Propostas



Contra a destruição do serviço postal. Pela defesa do controlo público dos CTT

É hoje uma enorme preocupação de todos os portugueses a situação de má qualidade do serviço prestado pelos CTT que se agravou depois de uma privatização, preparada ao longo de anos e concretizada pelo Governo do PSD/CDS-PP. Tal decisão constituiu uma afronta aos direitos dos trabalhadores e das populações e um crime contra os interesses Nacionais.

Uma empresa lucrativa para o Estado, que assegurava a presença em todo o território nacional e a prestação do serviço público postal e universal, está hoje a ser destruída com a degradação dos serviços prestado às populações, a venda de património, o ataque aos direitos dos trabalhadores, despedimentos e encerramento de balções.

A gravidade dos prejuízos causados às populações, por esta situação já é de tal ordem, que a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia da República solicitou à Associação Nacional dos Municípios Portugueses ANMP uma pronúncia escrita sobre o assunto.

Na resposta da ANMP, destaca-se, nomeadamente, que “ *a ANMP manifesta a sua mais profunda preocupação com a situação atual de prestação do serviço público postal pelos CTT*” e acrescenta “... *verifica-se a degradação da sua qualidade, e as anunciadas medidas de reestruturação envolvem o despedimento de trabalhadores e o encerramento de estações dos CTT...*”, afirmando que “ *Não é possível garantir-se uma qualidade de serviço adequada com reduções de trabalhadores e de estações dos CTT.*”

No Algarve, concretamente em Loulé, uma das estações ali existentes foi recentemente encerrada pela Administração dos CTT (uma das 22 estações encerradas no início do ano). Mas seria uma ilusão pensar que estes encerramentos vão ficar por aqui, os sinais são por demais evidentes

Por detrás destas decisões que degradam e extinguem serviços públicos está a pressão que é exercida pelos acionistas para distribuir de ano para ano cada vez mais dividendos, mesmo que seja à custa das reservas ou do endividamento da empresa, como aconteceu em 2017

Perante estes factos, ignorar e não agir, como faz o actual Governo minoritário do PS, é ser cúmplice com os objectivos dos actuais accionistas da empresa. É preciso por fim a este rumo de desastre que prejudica as populações e o país

”.

Além disso, a Lei Postal assegura “... a existência e a prestação do serviço universal, o qual consiste na oferta de serviços postais com qualidade específica, disponível de forma permanente em todo o território nacional, a preços acessíveis a todos os utilizadores, visando as necessidades de comunicação da população e das atividades económicas e sociais.” e determina que “ As condições de prestação do serviço universal devem ser reavaliadas a cada cinco anos pelo Governo...”.

Face à consciência da urgência em atuar contra o prosseguimento da degradação do serviço postal de responsabilidade dos CTT, a Assembleia Municipal não pode ficar indiferente, nem ignorar que a população do concelho de Lagos está hoje a sentir igualmente os efeitos da privatização dos CTT e teme pelo futuro deste serviço público.

Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 26 de Fevereiro de 2018, delibere:

1. Exigir que se avance no sentido da recuperação do controlo público e da propriedade dos CTT.
2. Solidarizar-se com a posição assumida pela ANMP no sentido da defesa da qualidade do serviço público a prestar pelos CTT e na exigência da sua urgente reavaliação pelo Governo, conforme o n.º 2 do art.º 57 da Lei 17/2012 de 26 de Abril, Lei Postal; avançando com a recuperação do controle público dos CTT
3. Solidarizar-se com a luta das populações e dos trabalhadores que por todo o País protestam contra os despedimentos e os encerramentos de estações dos CTT;
4. Manifestar o seu mais vivo repúdio por qualquer tentativa de encerramento de estações dos CTT no Concelho de Lagos e reclamar a melhoria da qualidade do serviço postal;
5. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, à Assembleia da República, Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, ao Governo, à ANMP e à comunicação social.

Lagos, 26.Fevereiro.2018

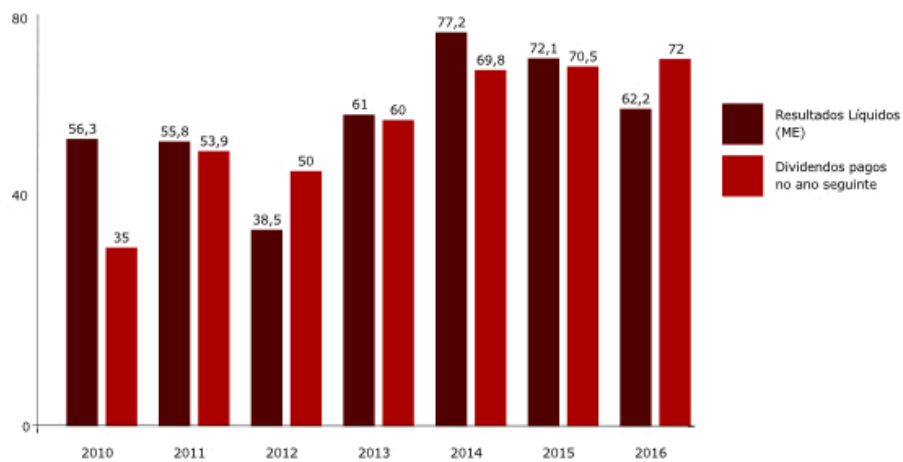
Os eleitos da CDU

Em anexo:

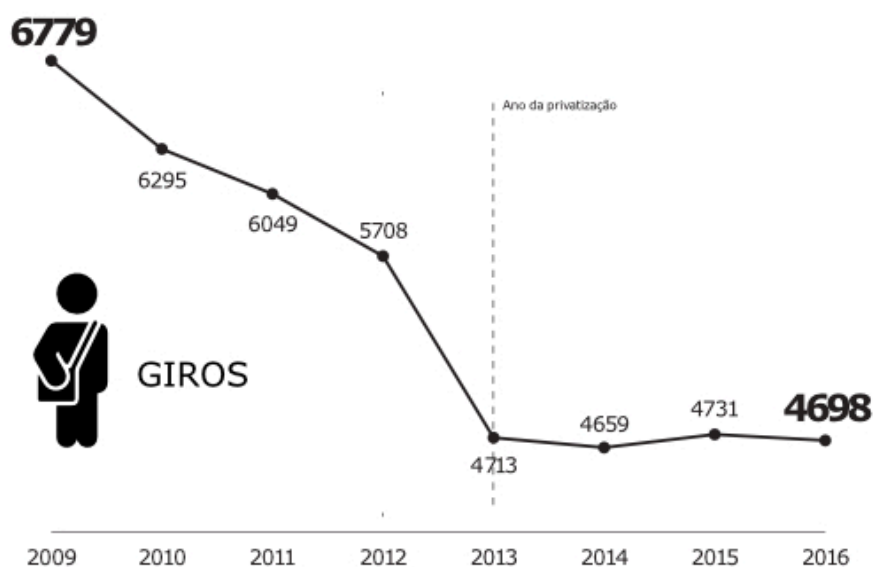
- .fotocópia da circular 13/2018-PB da ANMP, Serviço Postal, Situação dos CTT.
- . Resultados Consolidados dos CTT, Resultados Líquidos (ME) e Dividendos Pagos aos Accionistas dos CTT.
- . Giros
- . Centros de Distribuição Postal
- . Reclamações do Serviço Postal

Lucros e dividendos pagos aos acionistas (2010-2015)

Dados dos Resultados Consolidados dos CTT

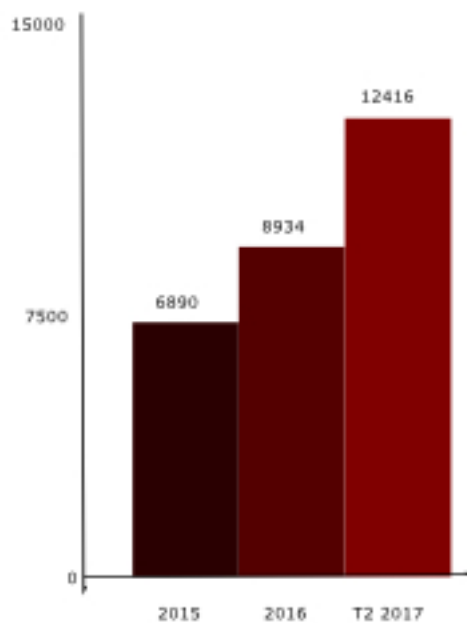


(Dados dos Resultados Consolidados dos CTT)



(Dados dos Resultados Consolidados dos CTT)

Reclamações do Serviço Postal (2015-2017)



Anacom - Apresentação efetuada na audição parlamentar promovida pela Comissão da Economia, Inovação e Obras Públicas



CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESTAÇÃO DOS CTT NA VILA DA LUZ, LAGOS

Os Correios, ao longo de mais de cinco séculos, asseguraram por toda a parte o serviço postal com o apreço da generalidade dos cidadãos, granjeando o respeito de todos os utentes. Fizeram-no sempre cumprindo todas as obrigações dum serviço público em benefício das populações e com lucros e benefícios para o erário público.

Contrariando esta realidade, em Setembro de 2014 os CTT foram privatizados, com um Contrato de Concessão obrigando a empresa a prestar um serviço de qualidade conforme estipulado pela Lei.

Contudo, desde a privatização, a estratégia da administração da empresa tem prosseguido um caminho de desrespeito pelas obrigações no que respeita à qualidade do serviço prestado e às condições de trabalho, enquanto aproveitava a rede dos CTT para implantar um Banco a nível nacional.

A Administração dos CTT anunciou o despedimento de trabalhadores, a venda de património e o encerramento de estações. Este pacote prossegue o caminho de desinvestimento, descapitalização, sangria da empresa e do seu património, com a distribuição de dividendos aos acionistas muito acima dos lucros registados.

Os Correios não são um negócio. São um instrumento insubstituível para a coesão social, económica e territorial.

O serviço postal deve estar ao serviço da economia e do desenvolvimento, com uma gestão que vise o equilíbrio económico-financeiro e o investimento na melhoria da qualidade de vida.

Segundo notícias referidas na comunicação social, este ano a administração dos CTT vai encerrar no Algarve as estações de Aljezur, Luz, Sagres e Carvoeiro.

Considerando a grande importância da estação dos CTT na Vila da Luz para a população local e os prejuízos que o seu encerramento acarreta, os eleitos da

CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 25 de Fevereiro de 2019, delibere:

1. Repudiar a decisão do encerramento da estação dos CTT da Vila da Luz, exigindo a sua manutenção.
2. Solidarizar-se com as populações e as autarquias locais das Terras do Infante na luta contra o encerramento das estações dos CTT na Vila da Luz, Sagres e Aljezur e de Carvoeiro no Município de Lagoa ;
3. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, Assembleia da República, Governo, Grupos Parlamentares, Administração dos CTT, entidade reguladora ANACOM, às autarquias locais das Terras do Infante e de Lagoa e à comunicação social.

Lagos, 25.02.2019

Os eleitos da CDU

Em defesa do Serviço Público Postal, pela recuperação do controlo público dos CTT – Correios de Portugal, S.A

Depois de em Fevereiro de 2018 a Assembleia Municipal ter aprovado a exigência dos CTT retornarem ao controle público, agora, no ano em que termina o contrato de concessão, mais uma vez o tema dos serviços postais e da empresa CTT regressa à Assembleia Municipal, porque se tornam evidentes as consequências gravosas da privatização deste serviço público, realizada pelo Governo PSD/CDS.

Como já várias vezes referimos, a privatização prejudicou todos os utentes, que ficaram com um serviço mais caro, mais inacessível e mais lento, prejudicou os trabalhadores da empresa, que viram aumentar a exploração e degradarem-se as condições de trabalho, prejudicou o País que se confronta com uma rede mais reduzida de balcões dos CTT, agravando desigualdades no território. Um País que também ficou mais pobre, tendo perdido um rentável sector estratégico e um serviço público essencial às populações. Com a privatização apenas ganharam aqueles que se apropriaram da empresa, que continuam a alienar o seu património, que criaram um banco com a licença dos CTT, que transformaram muitos dos balcões dos CTT em lojas de bugigangas e que agora se preparam para reclamar a renovação da concessão do Serviço Postal Universal, que termina em 2020.

Como exemplo da degradação que a gestão privada representa, os envelopes de Correio Azul deixaram de estar disponíveis nos Balcões dos CTT, com os utentes a serem empurrados para pagar mais 30 cêntimos no correio verde, ou a pagar mais 400% no Correio Expresso. E isto para a entrega em 24 horas, que nos tempos da gestão pública os CTT garantiam para a esmagadora maioria do Correio Normal.

A renacionalização dos CTT é uma necessidade. No entanto, não se deve confundir a renacionalização com a “participação no capital da empresa” por parte do Estado como tem vindo a ser admitido por parte do Governo PS.

Quando falamos em recuperar o controlo público, falamos de mais de que do capital da empresa: falamos da capacidade de garantir que esse controlo público se traduza numa orientação clara e num mandato concreto para uma gestão democrática e social, que promova o serviço público e o trabalho estável e com direitos, que volte a colocar os Correios ao serviço do Povo e do País.

Face ao exposto, e considerando que 2020 é o ano da decisão sobre o contrato, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 17.02.2020, delibere novamente:

1. recomendar ao Governo que avance para a recuperação do controle público e propriedade dos CCT;
2. solidarizar-se com a luta dos trabalhadores e das populações que por todo o País têm protestado contra os despedimentos e a degradação do serviço postal;
3. dar conhecimento desta deliberação à comunicação social.